

1 **ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO**
2 **BAIXO JAGUARIBE**

3
4 No dia 30 (trinta) de junho de 2022 (dois mil e vinte dois), foi realizada a 72ª Reunião
5 Ordinária do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, no período das 08:30 h às 12:30
6 horas estiveram reunidos de forma híbrida: virtualmente através da plataforma Microsoft
7 Teams, e presencialmente no auditório da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da
8 Educação – CREDE 10 de Russas, situado na Av. Dom Lino, 156, Centro, Russas-CE, os
9 representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo
10 Jaguaribe. **Na oportunidade foi discutida a seguinte pauta: 1. (08:30 h) – Abertura,**
11 **Acordo de Convivência e espaço facultado para informes dos membros do colegiado; 2.**
12 **(08:50 h) – Aprovação da Ata da 71ª Reunião Ordinária e resgate dos Encaminhamentos**
13 **da Reunião Anterior; 3. (09:00 h) – Discussão e definição dos parâmetros para alocação**
14 **da operação 2022.2 do açude Santo Antônio de Russas; 4. (09:40 h) – Apresentação da**
15 **Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte sobre a situação de comunidades da Chapada do**
16 **Apodi e as dificuldades de acesso à água do aquífero Jandaíra-açu; 5. (10:20 h) –**
17 **Discussão de propostas de cenários para o Seminário de Alocação da operação 2022.2 dos**
18 **Vales do Jaguaribe e Banabuiú; 6. (11:30 h) – Entrega de Placas de assiduidade às**
19 **entidades/instituições que compareceram a todas as reuniões do colegiado nos anos de**
20 **2020 e 2021; 7. (12:00 h) – Encaminhamentos/Informes da Secretaria-Executiva; 8.**
21 **(12:30 h) – Encerramento.** Estiveram presentes as seguintes instituições membros: 01.
22 Associação Comunitária Alto do Velame – Sra. Noilda Rocha e o Sr. Antônio José de Lima; 02.
23 Associação Comunitária José Estácio de Sousa – Jardim de São José – Sra. Elidia Maria de Matos
24 Gomes; 03. Associação dos Moradores de Lagoa Escura – Sr. Carlos Félix; 04. Cáritas Diocesana de
25 Limoeiro do Norte - Sra. Anjerliana Oliveira; 05. Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos –
26 FAFIDAM – Sr. João Rameres; 06. Instituto Agropólos – Sr. Allysandro Soares; 07. Instituto Federal de
27 Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE – Sr. Paulo Lima; 08. Paróquia Nossa Senhora da
28 Boa Viagem – Sr. Eliezer Reinaldo Bezerra; 09. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores (as)
29 Familiares de Jaguaruana – Sra. Gislene Silva; 10. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores
30 (as) Familiares de Limoeiro do Norte – Sra. Jocilene Matos; 11. Sindicato dos Trabalhadores Rurais,
31 Agricultores (as) Familiares de Russas – Sr. Luiz Vicente; 12. Fundação Brasil Cidadão: Srs. José de
32 Arimatéa e André Luiz; 13. Agrícola Famosa LTDA – Sras. Glícia Reinaldo e Ana Paula; 14. CAGECE
33 – Sr. Renato Régis; 15. DISTAR – Distrito de Irrigação do Perímetro tabuleiro de Russas – Sr. Aridiano
34 Distar; 16. Esperança Agropecuária e Indústria LTDA – Sr. José Fábio; 17. FAPIJA – Federação das
35 Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi – Sr. Luís Felipe; 18. Meri Pobo Agropecuária Ltda
36 – Sr. Francisco Varela; 19. Bessa Produção e Distribuição de Frutas LTDA – Quixeré – Johnathan
37 Emanuel Pinto; 20. Associação Quilombola do Cumbe – Sr. João Luís; 21. SAAE de Limoeiro do Norte
38 – Sr. Carlos Vangerre; 22. Agropecuária Jire Eirele – EPP – Sr. Joaquim Edmilson; 23. Sistema
39 Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe - SISAR – Carlos Alberto; 24.
40 Tropical Nordeste Agrícola LTDA – Sra. Arinérgia Maria; 25. UNIVALE – União dos Agronegócios do
41 Vale do Jaguaribe – Sr. Maurilio Maia; 26. Associação dos Pescadores Artesanais Trabalhadores
42 Piscicultores Marisqueiras Apicultores Familiar – APAMATRA – José Amauri Moreira; 27. Associação
43 Comunitária Vila Nova – Deuselino da Silva; 28. Prefeitura Municipal de Palhano: Sr. Pedro Miguel;
44 29 – Prefeitura Municipal de Jaguaruana – Sr. Francisco Celedônio; 30. Prefeitura Municipal de Russas
45 - Srs. José Leonardo e Adriano Oliveira; 31. Prefeitura Municipal Itaiçaba – Sérgio Barbosa; 32.
46 Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte – Sr. Raimundo José; 33. Prefeitura Municipal de Aracati –
47 Sr. Antônio Kaminski; 34. Prefeitura Municipal de Quixeré – Sr. Hamilton Andrade; 35. Câmara
48 Municipal de Quixeré – Sr. Cleudo Honorato; 36. Câmara Municipal de Palhano – Sr. Simplício
49 Galvão; 37. DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Sr. Audísio Girão; 38.
50 CREDE 10 - 10ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – Sra. Valfisia ; 39.
51 EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sr. Benício Diógenes; 40. SRH –
52 Secretaria dos Recursos Hídricos – Sra. Inês Prata; 41. Serviço Geológico do Brasil – CPRM – Sr.
53 Mickaelon Belchior Vasconcelos; 42. SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente –

54 Maria Evaneida Peixoto e Ângela Maria Santiago Bessa; 43. SDA – Secretaria de Desenvolvimento
55 Agrário – Francisco Ademazinho Ponte Holanda; 44. SEDET - Secretaria de Desenvolvimento
56 Econômico e Trabalho – Sr. Antônio Erildo Lemos Pontes; 45. ADAGRI – Agência de Defesa
57 Agropecuária do Estado do Ceará – Gustavo de Alencar Vicentino. Iniciando os trabalhos o Sr. Cleilson
58 Almeida, convidou o presidente o Sr. Luiz Felipe – Presidente do CSBH Baixo Jaguaribe, para fazer
59 suas considerações. O mesmo fez a abertura da reunião saudando os presentes, dando boas vindas e
60 registrando a presença de alguns membros que estavam participando de forma virtual. Em seguida o Sr.
61 Cleilson, convidou o Sr. Leandro Nogueira, para explicar porque ele estava de forma virtual, o mesmo
62 saudou os presentes e apresentou a equipe da COGERH formada pelo Sr. Hermilson Barros, o Sr.
63 Cleilson Almeida, as Sras. Ley Guimarães, Emilia Régis, e o Sr. Aroldo Vidal, justificou que não estava
64 de forma presencial porque estava acometido pela covid-19. O Sr. Cleilson, pediu a plenária para que
65 concordassem com alguns colegas e instituições que estava de forma virtual, pois alguns estava
66 acometido pela covid-19 em seguida todos acataram a ideia. Em seguida leu o acordo de convivência e
67 passou a palavra para o Sr. Luiz Felipe que colocou em votação a aprovação da Ata da 71ª Reunião
68 Ordinária, que havia sido enviada ao colegiado para apreciação e a mesma foi dada como aprovada por
69 unanimidade. Logo após foi lido os encaminhamentos da 71ª Reunião Ordinária; **1. Elieser:** Solicitar a
70 COGERH/SRH a retomada das reuniões do Conselho Gestor do Canal do Trabalhador, bem como
71 iniciar as discussões para a reforma do Canal do Trabalhador; - OFÍCIO Nº 21-2022 - SRH/COGERH –
72 enviado em 28/06/2022 – Informou que esse ofício foi enviado para o Sr. Francisco Teixeira (Secretário
73 dos Recursos Hídricos) e o Sr. João Lúcio (Diretor e Presidente da COGERH) e estamos aguardando
74 retorno; **2. Paulo:** Criação de GT para discussão de uma proposta de implementação de um marco
75 regulatório para operação dos reservatórios do Sistema Jaguaribe/RMF a ser apresentado a
76 SRH/COGERH e demais comitês – Teria de aprofundar as discussões para detalharmos melhor as
77 atribuições e composição do GT. O Sr. Cleilson informou que até a próxima reunião poderia fazer um
78 escopo com uma discussão mais detalhada; **3. Renovação da Comissão de Meio Ambiente – Resolução**
79 **Nº 03/2022 – Enviado ofício Circular Nº 03/2022 – Solicitando indicação de representantes; 4.**
80 **Atualização da Câmara Técnica instrumentos de Gestão (outorga, cobrança e Fiscalização) - Resolução**
81 **Nº 03/2022 – Foi enviado ofício Circular Nº 02/2022 – Solicitando indicação de representantes de**
82 **algumas instituições que foram convidadas para avançar nessas discussões até o dia 31/07/2022. O Sr.**
83 **Cleilson informou que estamos aguardando os ofícios dos indicados de suas respectivas instituições.**
84 **Prosseguindo passamos para o próximo ponto de pauta; (Discussão e definição dos parâmetros para**
85 **alocação da operação 2022.2 do açude Santo Antônio de Russas) que será apresentado pelo Sr.**
86 **Hermilson. O mesmo saudou a todos e ressaltou que diante desse quadro que se desenhado da**
87 **quarta onda da covid muitos colegas estão acometidos justificou que teve contato com uma**
88 **pessoa positiva e ele havia testado positivo, mas que não estava com nenhum sintoma, apenas**
89 **se resguardando. Iniciou a apresentação mostrando a situação e o histórico do açude Santo**
90 **Antônio de Russas, mostrou a variação volumétrica da estação chuvosa de 2021 do dia**
91 **01/01/2022 a 29/06/2022, com volume de 20.776.313 m³, sangrando 5 cm. Destacou que**
92 **atualmente o açude encontra-se na cota 109,33 m, com um volume de 25,367.721 milhões de**
93 **m³, que corresponde a 100% de sua capacidade total que é 25,050.893 milhões de m³ reportou**
94 **que a cota de sangria é de 5,08 m. Prosseguiu apresentando o histórico da evolução do açude**
95 **de 2011 a 2021, sendo que a única liberação pela válvula deu-se em 2011 (150 L/s – Operação**
96 **em pulso para múltiplos usos), quando o reservatório estava cheio, nos demais anos a vazão**
97 **foi utilizada apenas para abastecimento humano, sendo que o reservatório secou em 2016 e**
98 **não teve operação e após o ano 2018 e 2019 ele voltou a sangrar. Mostrou a linha do tempo da**
99 **operação quando foram aprovadas as vazões de ano a ano (2011 a 2022), somente para**
100 **abastecimento humano das comunidades adjacentes do açude. O Sr. Hermilson, ressaltou que**
101 **diante da impossibilidade técnica para a operação pela tomada d'água do reservatório não foi**
102 **simulado nenhum cenário para uma possível liberação pelo dispositivo até que seja sanada**
103 **essa problemática. O Sr. Hermilson, perguntou ao Sr. Audisio, se tinha alguma coisa pra**
104 **pontuar sobre essa problemática. O Sr. Audisio, informou que já levou para os Coordenadores**
105 **e a Superintendência, a problemática da recuperação da tomada d'água, frisou que tem sérios**
106 **riscos de uma manobra pois se abrir, corre riscos de não voltar a fechar, parabenizou a equipe**
107 **da COGERH pelo trabalho realizado no açude Riacho do Sangue, ressaltou que poderiam**

108 fazer essa manutenção nessa válvula. Prosseguindo o Sr. Hermilson, mostrou uma simulação
109 de esvaziamento do reservatório com um cenário: com a vazão apenas para abastecimento
110 humano (6,0 L/s), neste cenário o açude que em 26/06/2022 encontra-se na cota 109,33 m,
111 com o volume de 25,37 milhões de m³ ou 100% da capacidade deve chegar no dia 01/02/2023
112 na cota 107,64 m, com um volume de 15,08 milhões de m³, que equivale a 60,18% da
113 capacidade, frisou que essa vazão de 6 l/s é somente para abastecimento da ABA, que o
114 reservatório tem garantia de chegar até setembro de 2025, ou seja esse volume liberado para
115 jusante de até dois milhões de metros cúbicos, garante o abastecimento humano até 2024.
116 Finalizada a apresentação foi aberto espaço para plenária. O Sr. Leandro, informou que já foi
117 enviado vários ofícios aos competentes através do comitê e não se teve nenhuma resposta,
118 ressaltou que o Sr. Audisio é testemunha das informações. O Sr. Simplício, falou da questão
119 da manobra do reservatório e acha inadmissível pois já se conta 10 anos sem conserto dessa
120 válvula e sem nenhuma liberação para o Rio Palhano, ressaltou que está na hora dos gestores
121 dos municipais de Russas e Palhano, procurar e cobrar o governo do estado ou os órgãos
122 competentes para que se possa resolver essa situação pois não se tem nenhuma resposta. O Sr.
123 Pedro Miguel, questionou que vem acompanhando essa situação do Rio Palhano há 17 anos,
124 não aceita mais que o comitê vire as costas para essa situação, relatou que em outras reuniões
125 ficou como encaminhamento e sem nenhuma resposta, mostrou sua indignação e pediu
126 novamente que se ache soluções para resolver essa situação. Relata que é inadmissível um
127 açude público que tem a finalidade de beneficiar os ribeirinhos do rio Palhano, venha mais um
128 ano desperdiçar água com a evaporação. Portanto ficou como encaminhamento essa demanda.
129 O Sr. Aridiano veio corroborar com os Srs. Simplício e Pedro Miguel a questão da situação,
130 pediu pra que levassem como encaminhamento e oficializar para reunião do Fórum Cearense
131 nos dias 06 e 07, como também para o CONERH, envolvendo o DNOCS e COGERH para
132 contribuir com o conserto desse equipamento, informou que está sendo feito um trabalho
133 muito importante no açude Banabuiú e resalta porque não resolver a manutenção desse
134 equipamento do açude Santo Antônio de Russas, para finalizar destacou que poderiam
135 também envolver os prefeitos de Russas e Palhano nessa demanda. O Sr. Carlos Felix, falou
136 que não se justifica essa falta d'água para os ribeirinhos do município de Palhano, concorda
137 que saia como encaminhamento e faça alguma coisa, cobrando o governo do estado e também
138 sensibilizar a classe política e adquirir recursos para a manutenção dessa válvula. O Sr.
139 Hermilson, fortaleceu e apoiou o encaminhamento, ressaltando que precisam resolver essa
140 necessidade do açude que precisam atender aos diversos usos, vale ressaltar que o mesmo
141 lembrou que através da regional, também foram enviados ofícios aos órgãos competentes essa
142 demanda. O Sr. Edmilson, vendo as dificuldades, concorda com a vazão sugerida, mas sugeriu
143 que logo haja conserto da válvula precisam alterar a vazão. O Sr. Aridiano, informou que as
144 reuniões dos Fórum Cearense está sendo itinerante e nos dias 06 e 07 de julho vai acontecer
145 no município de Russas, corroborou que seria interessante criar uma comissão e levar a
146 demanda para apresentar no Fórum Cearense. Finalizando esse ponto de pauta ficou como
147 aprovação por todo colegiado o parâmetro de operação 2022.2 do açude Santo Antônio de Russas,
148 6,0 L/s para abastecimento humano e liberação de volume de até dois milhões de m³ para o rio Palhano,
149 caso seja possível realizar o conserto da comporta. Prosseguindo passamos para apresentação da
150 CARITAS com a palestrante Anjerliana. A mesma iniciou sua apresentação falando que nesses últimos
151 anos os comitês vem avançando muito sobre a questão do recursos hídricos no estado do Ceará, destaca
152 que muito é reconhecido por outros estados, ressaltou que precisamos caminhar avançando mais e
153 promovendo as justiça hídricas, destacou que existem ainda injustiças hídricas que se perpetuam em
154 situações bem próximas, citou como exemplo ao lado do açude Castanhão, algumas comunidades que
155 ficam sendo abastecida com carro pipa e que isso é uma injustiça hídrica. Iniciou a sua apresentação
156 mostrando a situação das comunidades da Chapada de Tabuleiro do Norte, que está com a segunda
157 maior reserva de água que é o Aquífero. Destacou que é um território que compreende um conjunto de
158 comunidades camponeses, onde a vida pulsa há mais de 50 anos com mais de 300 famílias, onde a
159 agroecologia e a convivência com o semiárido se propõem como alternativas de sustentabilidades
160 social ambiental, cultural e econômica. Salientou que a agricultura familiar na Chapada do Apodi são
161 diversas em atividades como a criação de caprinos e alvinos, hortas, fruticulturas, meliponiculturas etc.

162 São implementadas diversas tecnologias sociais como, cisterna, Bioágua, Biogás. Porém informou que
163 nesse território existem ameaças em vários aspectos que deixam muitas famílias abandonarem suas
164 terras pelo poder abusivos de algumas empresas que trazem muito transtornos as famílias das
165 comunidades. Finalizou sua apresentação agradecendo a todos e pedindo o apoio de todos, frisou que
166 essa luta não é só das comunidades mas, tem uma parceria com várias instituições e precisam do apoio
167 do comitê. Em seguida a mesma convidou o Sr. João Rameres, para lê a moção. O Sr. João Rameres,
168 saudou a todos e informou que outras ações foram desencadeadas e solicitadas uma audiência com a
169 SEMACE, para duplos licenciamentos, fatiadas em aquisição de um processo de licenciamento, após
170 fizeram várias audiências que ficaram discutidas as ações com fiscalizações, onde foram criados um
171 GT, bem como, foi realizado visitas as comunidades rurais para que façam um levantamento em
172 noventa dias com um diagnóstico dessa situação. Informou ainda que o órgão da SDA, baixou uma
173 portaria e logo a comissão vão realizar visitas e produzir relatórios bem como essa comissão será
174 fundamental para que as atividades desenvolvidas na Chapada Apodi. Em seguida entregou a moção ao
175 presidente do comitê, que solicita apoio as discussões e desafios referentes ao processo de criação de
176 áreas especialmente protegidas na Chapada Apodi, após foi levado para apreciação da assembleia e
177 logo foi aprovado por todos. O Sr. Mickaelon, pediu a palavra para informar que fez um trabalho entre
178 as regiões do Rio grande do Norte e o Ceará, onde identificaram um rebaixamento no Aquífero,
179 ressaltou que será preciso fazer um estudo mais detalhado para vê como se comportará o Aquífero
180 daqui pra frente. O Sr. Cleilson, informou que a COGERH, já tem esse estudo desde 2009 com
181 estimativas de volumes e potenciais, disse que as apresentações são realizadas pela equipe da Sra.
182 Zulene (GEPRO) onde mostra desde as formações geológicas e os cadastros, falou que estamos
183 realizando as oficinas para renovação da comissão gestora do Aquífero, que será formada na próxima
184 semana, ressaltou ainda que a COGERH está no processo de contratação de um novo do estudo do
185 Aquífero mais detalhado para ano de 2022, que logo será apresentado. O Sr. Leandro, parabenizou a
186 Sra. Anjerliana pela excelente apresentação. Passamos para a apresentação do Sr. Hermilson Barros, o
187 mesmo deu início a apresentação sobre a discussão de propostas de cenários para o Seminário de
188 Alocação da operação 2022.2 dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú. Apresentou mostrando que em
189 24/06/2022 o açude Castanhão encontrava-se na cota 88,31 m com um volume de 1.652.168 hm³, o que
190 representa uma diferença de 17,69 m em relação a cota de sangria do açude (106 m) e de 31,29 m em
191 relação a cota do volume morto (49 m). Mencionou que em termos percentuais o açude Castanhão
192 estava com 24,61% de sua capacidade total, enquadrado numa situação crítica (10 a 30%). Mostrou um
193 resumo da Operação Emergencial 2022.1 do Açude Castanhão (período de 01 de fevereiro a 30 de
194 junho de 2022) para o qual foi aprovada a vazão média total de 12 m³/s sendo 07 m³/s (Eixão das
195 Águas) e 05 m³/s (Rio Jaguaribe). A distribuição para os principais perímetros públicos foi assim
196 discriminada: a) 1,50 m³/s (DISTAR); b) 1,50 m³/s (FAPIJA); c) 0,20 m³/s (Mandacaru), sem a fixação
197 de uma vazão média para a RMF. A operação efetivamente realizada foi de 6,85 m³/s (vazão média
198 total), sendo 4,13 m³/s (Eixão das Águas) e 2,72 m³/s (Rio Jaguaribe). Com relação a distribuição dos
199 perímetros públicos a operação se deu da seguinte forma: a) 0,84 m³/s (DISTAR); b) 1,04 m³/s
200 (FAPIJA); c) 0,04 m³/s (Mandacaru), havendo transferência hídrica de 2,74 m³/s para a RMF com as
201 águas provenientes do PISF e chuvas. Na sequência apresentou um histórico das operações do açude
202 Castanhão (demandas atendidas durante o segundo semestre), mostrando que em 2014.2 a vazão
203 operada foi de 28,7 m³/s, sendo 8,6 m³/s via Eixão e 20,1 m³/s para o rio. Neste período ocorreu
204 transferência de 9,1 m³/s para a RMF, que consumia 12,2 m³/s, distribuído entre consumo urbano com
205 10,8 m³/s e Industrial com 1,4 m³/s. Em função do agravamento da crise hídrica esse volume veio sendo
206 reduzido ano após ano, e em 2017.2, a vazão operada no açude Castanhão foi de 7,02 m³/s, sendo 2,54
207 m³/s via Eixão das Águas e 4,48 m³/s para o rio, em que a vazão do Distar foi de 0,90 m³/s, da Fapija de
208 1,08 m³/s e do Mandacaru de 0,12 m³/s. Com a transferência de 0,75 m³/s para a RMF, que reduziu seu
209 consumo para 9,5 m³/s, sendo 8,3 m³/s para abastecimento urbano e 1,2 m³/s para indústria. Levando-se
210 em consideração os dados do ano de 2021.2 a vazão operada foi de 11,56 m³/s, sendo 3,61 m³/s via
211 Eixão e 7,95 m³/s para o rio. Neste período a vazão do Distar foi 1,70 m³/s, da Fapija foi 2,27 m³/s e do
212 Mandacaru 0,23 m³/s. No período supracitado não ocorreu transferência hídrica para a RMF. Em
213 seguida apresentou demanda presumida (m³/s) para a operação 2022.2 por trecho perenizado do rio
214 Jaguaribe, onde se verifica que do Castanhão–Pedrinhas (demanda 7,94 m³/s), Pedrinhas–Sucurujuba
215 (demanda 1,66 m³/s), Sucurujuba–Captação Abastecimento Jaguaruana (demanda 1,89 m³/s) o que

216 corresponde a uma demanda total de aproximadamente 11,50 m³/s. Na sequência apresentou cenário de
217 alocação para a operação 2022.2 com vazão média a ser operada da ordem de 16,00 m³/s, sendo
218 proposto 4,5 m³/s via Eixão e 11,5 m³/s para o rio. A distribuição para os perímetros públicos ocorreria
219 da seguinte forma: a) 3,00 m³/s (DSTAR); b) 3,00 m³/s (FAPIJA); c) 0,30 m³/s (Mandacaru), não
220 havendo transferência hídrica para a RMF, totalizando 6,30 m³/s para atendimento de todos os
221 perímetros. Quanto a transferência para os riachos, a distribuição seria a seguinte: a) Riacho Zé Chaves
222 (0,16 m³/s); b) Rio Velho (0,10 m³/s); c) Braço Seco do Jaguaribe-MariaDias/Carrapicho (0,50 m³/s)
223 perfazendo um total de 0,76 m³/s para a perneização dos riachos, acrescido de 0,20 m³/s para
224 atendimento de comunidades via derivação do Canal do Trabalhador. Continuando apresentou algumas
225 proposições de premissas para discussões considerando os seguintes pontos norteadores: a) Manter o
226 mesmo nível de restrição para captação direta no rio e em poços praticadas na operação 2021.2; b)
227 Elencar o conjunto de premissas para operação do açude Castanhão com vigência para o período
228 compreendido entre 1º de julho/2022 a 31 de janeiro de 2023. Assim foram apresentadas as
229 **PROPOSTAS DE PREMISSAS PARA O AÇUDE CASTANHÃO** a serem discutidas pelos comitês:
230 **I.** Conforme já se vem praticando desde 2015 – não serão permitidos novos usuários, conforme
231 cadastro 2014/2015, mantendo-se a mesma área cultivada na operação 2021.2; **II.** As premissas valem
232 para o trecho do Rio Jaguaribe, da tomada d'água do açude Castanhão até o trecho final da perenização;
233 **III.** No leito perenizado do rio Jaguaribe e na faixa de até 500 metros a partir da tomada d'água do
234 açude Castanhão até a passagem Bom Jesus (Alto Santo) e jusante da ponte do Peixe Gordo (Tabuleiro
235 do Norte) até o restante do trecho perenizado; Não sofrerão restrições: a) Abastecimento humano e
236 dessedentação animal no trecho a ser perenizado. Desta forma a comporta de Pedrinhas deverá ser
237 operada de modo a assegurar a vazão que for estabelecida por esta alocação para atender aos usos
238 prioritários; b) Irrigantes com áreas de até 2 hectares (Culturas permanentes ou temporárias) com
239 métodos de irrigação eficientes. EXCETO métodos de irrigação por inundação de qualquer natureza; c)
240 No trecho perenizado captações em poços aluvionares acima de 1000 metros de distância da barreira do
241 rio Jaguaribe, desde que não comprometa qualquer captação existente para abastecimento humano; d)
242 No trecho NÃO perenizado captações em poços aluvionares acima de 500 metros de distância da
243 barreira do rio Jaguaribe, desde que não comprometa qualquer captação existente para abastecimento
244 humano. NÃO SERÃO PERMITIDOS nos trechos perenizados e não perenizado, captação direta no rio
245 e ainda em poços perfurados até 500 m de distância da barreira do rio Jaguaribe: 1. Métodos de
246 irrigação por superfície (inundação, faixas, sulcos) independente de cultura e área; 2. Atividades de
247 aquicultura; 3. Rizicultura; 4. Irrigação de áreas acima de 3 hectares, independente do sistema de
248 irrigação, exceto culturas perenes que sofrerão restrição de 50% e culturas temporárias com 75% de
249 restrição. NOTAS: No trecho perenizado aquicultura e rizicultura com captações EM POÇOS
250 ALUVIONARES de 501 a 1000 metros da barreira do rio Jaguaribe SÓ SERÃO PERMITIDO UM
251 CICLO da área atual que esteja em operação verificada pela equipe de fiscalização da COGERH/SRH.
252 **IV.** No leito perenizado do rio Jaguaribe e na faixa de até 300 metros (Passagem Bom Jesus – Ponte do
253 Peixe Gordo) os USOS PERMITIDOS: - Abastecimento humano e dessedentação animal; - Irrigação de
254 áreas de até 2 hectares com métodos eficientes de irrigação. - Irrigação em Perímetros Públicos de
255 acordo com a vazão alocada; PERMANECE PROIBIDO: 1. Na faixa de até 300 metros - Irrigação por
256 superfície - inundação, faixas, sulcos; - Rizicultura; - Aquicultura; - Novas Áreas – base cadastro
257 2014/2015; - Qualquer captação de água que interfira no Abastecimento Humano, comprovadamente; -
258 Formação de espelho d'água de qualquer natureza (barreiros, lagoas, lagos); PERMANECE
259 RESTRIÇÕES DE USO: 1. Rio Jaguaribe - Culturas Perenes – 50% - Culturas Temporárias – 75% com
260 Manutenção da mesma área cultivada na operação 2021.2. **V.** Na faixa de até 1000 metros
261 PERMANECE RESTRIÇÕES DE USO: Poços no Aluvião após as faixas de proibição até 1000 metros
262 - Redução de 30% da área cultivada considerando a área de referência praticada na operação ou seja
263 manutenção das áreas praticadas em 2021.2; - Apenas 01 ciclo durante esta alocação; - Não sendo
264 permitidas novas áreas. **VI.** PREMISSAS CASTANHÃO – Eixão das Águas. USOS PROIBIDOS: 1.
265 Irrigação por superfície - inundação, faixas, sulcos; 2. Rizicultura; 3. Aquicultura; 4. Formação de
266 espelho d'água de qualquer natureza (barreiros, lagoas, lagos); 5. Perenização de riachos; 6.
267 Implantação de novas áreas irrigadas. USOS PERMITIDOS: 1. Abastecimento humano e
268 dessedentação animal; 2. Irrigação de áreas de até 1 hectare – localizada, aspersão. 3. Captações para
269 usos industriais já existentes e devidamente outorgados. 4. Irrigação em Perímetros Públicos de acordo

270 com a vazão alocada, bem como de projetos de irrigação com método eficiente demandado nesta
271 operação. **VII. PREMISSAS CASTANHÃO – OBSERVAÇÃO.** As premissas aprovadas nesta alocação
272 (2022.2) se aplicam até a alocação emergencial do primeiro semestre do ano de 2023. Prosseguindo foi
273 aberto o espaço para a plenária. O Sr. Aridiano, parabenizou a COGERH pela apresentação em nome
274 do Sr. Hermilson, destacou que essa apresentação está feita desde dia 24/06, frisou que a vazão do
275 Castanhão, dos 16 m³/s, cuja proposição foi discutida, apreciada com os Comitês de Bacias
276 Hidrográficas - CBH's, Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH, Companhia de Gestão dos Recursos
277 Hídricos – COGERH, Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FCCBH e Conselho
278 Estadual dos Recursos Hídricos – CONERH, dentre outros. Destacou que tem chegado algumas
279 demandas, informou que os perímetros estão solicitando 3,0 l/s, os diagramas foram contemplados,
280 perguntou ao Sr. Hermilson, porque não chegou a demanda pra Fazenda Melancia, acredita ele que
281 possa ser contemplado com o eixão das águas, sobre a questão das premissas acha importante manter as
282 mesmas e as restrições também, pediu ao Sr. Hermilson, para colocar alguns dados que está passando
283 nas Pedrinhas, que foi uma solicitação do Sr. Edmilson, destacou que essas são as propostas, vale
284 salientar que não teremos proposta do Banabuiú e o Orós continuará com a mesma vazão pois é um
285 açude estratégico para outras situações. O Sr. Sergio Barbosa, mostrou sua indignação quanto ao
286 município de Itaiçaba, questionou porque o município não pode ser contemplado com água disse que
287 todos tem uma fatia da água, só que é dividido para meia dúzia. Afirmou que a lei é para todos e nunca
288 Itaiçaba foi contemplada com água, ressaltou que devemos aprovar uma cota que seja para todos. O Sr.
289 Edmilson, falou sobre a questão das premissas abaixo da sucrujuba, defendeu a carcinicultura, ou seja
290 disse que ninguém não tem mais coragem de ter agricultura perene, questionou porque a atividade do
291 camarão é discriminada, relatou que a atividade gera vários empregos até a água é reutilizada, concluiu
292 que é a única atividade que está conseguindo se manter apesar da mal distribuição da água. O Sr.
293 Elieser, fala sobre a vazão liberada que nunca chega ao município de Itaiçaba, disse que o governo do
294 estado se efetivasse a fiscalização poderia ser que a água chegasse a Itaiçaba, frisou que o governo do
295 estado está sendo omissivo com apenas 3 fiscais para cobrir todo o estado do Ceará. O Sr. Pedro Miguel,
296 perguntou porque estão banalizando os municípios pequenos, mostrou sua indignação quanto a forma
297 que estão dividindo a água, mencionou que seria importante que todos os municípios fossem
298 contemplados, frisou que perdemos grandes empresas nos municípios de Jaguaruana, Palhano, Itaiçaba
299 onde geravam muitos empregos, questionou que o açude Castanhão está com 24,6 % com um bom
300 volume não poderia distribuir água de forma correta para todos os municípios não somente até
301 Jaguaruana para todos abaixo. O Sr. João Rameres, ressaltou que essas discussões são muito
302 importantes, reforçou que devem sim intensificar as fiscalizações e a implementação de multas, alertou
303 que o comitê possa fazer alguma coisa como comitê e cobrar aos órgãos uma fiscalização maior, disse
304 ainda que esta comissão técnica que está se organizando possa conseguir dados e levantamentos
305 efetivos de todas as atividades que abrange os sistemas de recursos hídricos, para que haja um estudo
306 sobre todas as atividades desenvolvidas ao leito do rio. O Sr. Paulo Lima, concorda com Rameres, sobre a
307 comissão técnica ter esse conhecimento das informações técnica, para que água seja dividida para todos
308 e consiga avançar. Concordou que devemos ter intensificação das fiscalizações para coibir usos não
309 autorizados no trecho perenizado, e a implementação da multa por infração para maus usos, solicitou
310 que poderiam passar as informações técnicas de diversos usos, ou seja algo mais efetivo. Informou
311 ainda que o site do comitê foi atualizado e parabenizou a equipe. O Sr. Hermilson pontuou alguma
312 coisa no que foi dito, ou seja ressaltou que não estamos numa situação fora de criticidade. Informou que
313 no histórico de 2014 tivemos de aprovar vazões superiores a 20 m³, e atendeu a todo trecho, acredita
314 que não fácil a situação dos municípios de Itaiçaba e Jaguaruana em ficar desabastecidos, ressaltou que
315 devemos ter o conhecimento pois o Castanhão continua no nível de criticidade de 10 a 30 %, frisou que
316 não temos garantia para o próximo ano pois poderemos ter ou não uma quadra invernal boa. Informou
317 que a nossa simulação é sempre com o pior cenário, considerando o aporte zero pro ano seguinte e é
318 assim que estamos considerando anos de muitos desafios de crise hídrica. Considerou que não é fácil
319 durante alguns anos municípios virem perdendo suas culturas e atividades, mencionou que essa
320 proposta é uma das melhores vazões dos últimos seis anos, concorda que devemos melhorar com as
321 fiscalizações e sugeriu que o comitê procurem cobrar do sistema a multa dos usuários irregulares,
322 destacou que em muitas reuniões mostram os dados das fiscalizações, ou seja mostram informações e
323 fotos de lacres de motores dos usuários sendo lacrado e logo eles voltam a instalar, ou seja é uma

324 describibilidade para o sistema, ressaltou que a multa seria uma ferramenta que devia ser implementada.
325 Informou que em 2020 chegou a perenizar o trecho com 105 km com 9 l/s foi aprovado 12 l/s mas teve
326 a demanda pelo canal ou seja conseguimos avançar com 9 l/s no trecho frisou que muitos não atendem
327 as premissas e dificultam a fiscalização, informou que já acionaram o ministério público e mandaram
328 lista de pessoas que reincidiram as regras e infelizmente não tiveram resposta, concorda que é um
329 cenário que requer prudência pois o açude Castanhão não está em situações confortável com apenas
330 24,61 % de sua capacidade, destaca nos seus comentários sua preocupação com o nível do açude do
331 próximo ano, falou que entre outros momentos já trouxe dados de outras atividades nos
332 acompanhamentos que já foram checados valores x para cada atividade, ressaltou que em muitas
333 atividades tem delas que requer muita água, enfim finalizou sugerindo que os comitês formalizem a
334 implementação da multa. O Sr. Carlos Felix, disse que avançamos muito como comitê, porém nota-se
335 que alguns encaminhamentos ainda ficam sem resposta, reforçou que a fiscalização precisa ser mais
336 rigorosa para melhorar a política de recursos hídricos. O Sr. Cleilson, abriu o espaço para que a plenária
337 aprovasse a proposta. Em seguida o Sr. Edmilson, sugeriu que tivessem outros cenários para votação ou
338 seja alteração nas premissas para atividade do camarão. O Sr. Cleilson, informou que essa proposta
339 tinha que definida lá no Seminário dos Vales, porém ficou entendido que poderiam fazer as alterações
340 das premissas no início das discussões. O Sr. Rameres, sugeriu que antes das discussões da votação
341 tinha que abrir as discussões das premissas. O Sr. Leandro, parabenizou o comitê pelas discussões e
342 passou informações para o seminário que acontecerá dia 05/07, em seguida parabenizou ao Sr.
343 Hermilson, pela sugestão da implementação da multa, o mesmo sugeriu que levassem para o conselho
344 de recursos hídricos. Logo após o Sr. Cleilson, leu os encaminhamentos, apresentou o gráfico do
345 levantamento de faltas para que fiquem atentos quanto a elas informou que a avaliação é feita depois
346 das reuniões e enviada por what'sApp. Finalizando nossa pauta foram entregues as placas de
347 assiduidade aos membros do colegiado dos anos 2020/2021 para as instituições que nos respectivos
348 anos comparecerem a todas as reuniões ordinárias do CSBH Baixo Jaguaribe, convidou alguns
349 membros da diretoria para entregar as placas. Passou então as propostas de **ENCAMINHAMENTOS**
350 **aprovados: 1. ARIDIANO: Agendar uma reunião com a diretoria da Cogeh e Superintendência**
351 **do DNOCS para discutir a necessidade de recuperação da comporta do açude Santo Antônio de**
352 **Russas, deve-se articular ainda a participação dos prefeitos de Russas e Palhano. OBS: Esse**
353 **assunto será tratado na mesma reunião que está em articulação para discussão da diferença entre**
354 **as CAV do DNOCS/COGERH do açude Orós; 2. Aprovação do parâmetro de operação 2022.2 do**
355 **açude Santo Antônio de Russas: 6,0 L/s para abastecimento humano e liberação de volume de até**
356 **dois milhões de m³ para o rio Palhano, caso seja possível realizar o conserto da comporta; 3.**
357 **Aprovação da moção de apoio apresentada pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; 4.**
358 **Aprovação do cenário proposto para operação 2022.2 do açude Castanhão, propondo-se a**
359 **alteração das premissas para que seja respeitada a vocação produtiva da região (permitir**
360 **carcinicultura no trecho abaixo de sucujuba, que não estava sendo perenizado) a ser**
361 **apresentada a plenária do Seminário de Alocação dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú; 5. Enviar**
362 **solicitação ao CONERH para intensificação das fiscalizações para coibir usos não autorizados no**
363 **trecho perenizado, e a implementação da multa por infração para usos não autorizados. E não**
364 **havendo mais nada a ser discutido, o Sr. Luiz Felipe agradeceu a participação de todos e desejando um**
365 **final de semana abençoado a todos, declarou encerrada a reunião. Eu, Ley Guimarães, Assistente**
366 **Administrativo do Núcleo de Gestão Participativa da COGERH de Limoeiro do Norte, lavrei a presente**
367 **Ata.**